

# COMEMORAÇÕES



**ANOS DE DEMOCRACIA**







## 40 ANOS DE DEMOCRACIA

### 40 ANOS DE PSD - 12 DESAFIOS PARA O FUTURO

A 6 de Maio de 2014 **o PSD celebrou os seus 40 anos**. Comemoramos **40 anos da Democracia portuguesa** e 40 anos do nosso partido, porque a História do PSD esteve indissociavelmente ligada ao percurso democrático de Portugal.

O PSD tem a consciência, e o justificado orgulho, de ter contribuído decisivamente para a construção das traves mestras do nosso edifício democrático e de ter sido chamado, por diversas vezes, a **assumir responsabilidades de Governo** corrigindo **erros que outros cometeram** e criando condições para que Portugal e os portugueses possam dar o seu melhor.

Ao celebrarmos esta efeméride, **quisemos olhar para o passado**, para o contributo que demos e para as reformas que promovemos; **mas quisemos também olhar para o futuro**, para os desafios que se colocam a Portugal e aos portugueses e que, uma vez mais, só com a participação activa do PSD poderão vir a ser vencidos.

Fizemos este exercício em torno de **5 ideias** que integram **o núcleo central do que representa ser social-democrata em Portugal, em pleno século XXI**:

1. **Libertar a Sociedade Civil**
2. **Promover o Crescimento Sustentável e a Competitividade**
3. **Garantir a Igualdade de Oportunidades à Partida**
4. **Modernizar o Estado**
5. **Afirmar Portugal no Mundo**

Francisco Pinto Balsemão





## 1. LIBERTAR A SOCIEDADE CIVIL

O PSD bateu-se sempre pela causa da Libertação da Sociedade Civil. Para que Portugal fosse uma **Democracia plena**, os militares não deviam prevalecer face à legitimidade dos escolhidos pelos portugueses em eleições livres. A **extinção do Conselho da Revolução** e o **fim da tutela militar** sobre o regime foram passos fundamentais.

Ao longo dos anos, este conceito alargou-se a outras dimensões, pois engloba todas as atividades, sejam elas sociais, económicas, culturais ou ecológicas. **Libertar a sociedade civil** significa criar condições para a expressão da **livre iniciativa** dos que querem **criar**, na ciência, nas artes ou nas letras, dos que querem **investir** e dos que querem **innovar**.

Libertar a sociedade civil hoje é também dar espaço à **economia social, valorizar o empreendedorismo** e a **criação do emprego**. Porque os portugueses, quando podem, são capazes do melhor.

Citando Sá Carneiro e o primado do valor absoluto da pessoa humana, importa recordar: *“A pessoa humana define-se pela liberdade. Ser Homem é ser livre”*. E isso, hoje, significa **combater as situações de abuso, originadas por poderes públicos ou privados, jogadas na esfera económica, social ou política e fortemente ampliadas pelas novas tecnologias**.

# Libertar a Sociedade Civil

## EXTINÇÃO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO

*O Conselho da Revolução sobrepunha-se aos eleitos pelos portugueses e constituía a autoridade constitucional: sem estar dotado de legitimidade democrática, vetava legislação que o Parlamento e o Governo aprovavam, constituindo-se ainda como órgão legislativo único para as Forças Armadas. Afirmava a legitimidade revolucionária e representava uma inaceitável tutela sobre o regime democrático. O PSD teve um papel decisivo na sua extinção em 1982.*

## ABERTURA DA ECONOMIA À INICIATIVA PRIVADA

*Com a revolução, diversos sectores da economia foram vedados à iniciativa privada. O PSD foi essencial para inverter esta situação. Primeiro, na sequência da revisão constitucional de 1982, abrindo o sector privado às áreas da banca, dos seguros, dos adubos e dos cimentos. Mais tarde, criando a possibilidade de actividades públicas serem geridas por empresas privadas. Nos últimos anos, estabelecendo a regra da livre concorrência entre propriedade pública, privada e cooperativa.*

## LEI DO MECENATO CULTURAL

*Aprovámos a Lei do Mecenato Cultural e a legislação que prevê benefícios fiscais para o investimento de instituições privadas na área da cultura.*

*Reconhecemos e incentivámos a valia e o interesse cultural de iniciativas relevantes de empresas e instituições da sociedade civil. Esta iniciativa veio a ser decisiva na recuperação do património histórico e cultural bem como na criação e promoção de instituições culturais de referência.*

## REVISÕES CONSTITUCIONAIS

*O PSD foi, por excelência, o partido das revisões constitucionais, nelas tendo sempre participado activamente. Em 1982, na primeira grande revisão, para promover a democratização do regime. Em 1989, na segunda grande revisão, para abrir a economia à iniciativa privada e acabar com a irreversibilidade das nacionalizações. Em 1997, na última grande revisão, visando criar condições para a reforma do sistema político e para o aprofundamento do ideal referendário.*

## ABERTURA DA TELEVISÃO À INICIATIVA PRIVADA

*Desde o início dos anos oitenta que o PSD defende o fim do monopólio público da televisão. Aquilo que hoje é uma evidência - a concorrência entre canais de televisão - só na década de noventa pode ser concretizado, e mesmo assim com muitas resistências, quer no plano constitucional, quer no plano político. A abertura à iniciativa privada foi um contributo decisivo para a afirmação do valor da liberdade. Se, em 1992, no final do século passado passámos a ter televisão privada, isso deve-se acima de tudo à determinação e visão estratégica do PSD.*

## ASSEGURAR A LIBERDADE DE IMPRENSA

*A privatização de vários jornais que tinham sido nacionalizados e a liberalização das rádios locais foram medidas que o PSD tomou em nome da liberdade de imprensa e da afirmação de uma sociedade mais livre e plural. Não há democracia que o seja verdadeiramente sem liberdade de imprensa, sem pluralismo informativo e sem a concretização do direito à diferença.*

## **APOIAR A ECONOMIA SOCIAL**

*O PSD foi o Partido proponente, em 2011, de uma Lei de Bases para a Economia Social que veio a ser aprovada em 2013, por unanimidade na Assembleia da República.*

*Este respeito e valorização da economia social teve sempre larga tradição no PSD e firme convicção na acção, como comprova a decisão tomada em 1980 pelo Governo liderado por Sá Carneiro, através do DL 14/80 que determinou o início do pagamento de compensações e indemnizações às misericórdias, na sequência da “nacionalização”, por integração compulsiva no SNS, através do Decreto-Lei 707/74, dos Hospitais que eram propriedade destas. Foi já da responsabilidade do actual governo o processo histórico de devolução da gestão dos Hospitais que foram então nacionalizados.*

*Importa realçar que, na economia social, se insere o movimento associativo, cooperativo e mutualista nas mais diversas áreas de actividade.*

## **CRIAÇÃO DA UGT**

*No pós-25 de Abril, a lei, imbuída de uma legitimidade revolucionária, impunha o princípio da unicidade sindical. Só podia existir uma central sindical. A Intersindical era, então, a expressão orgânica deste princípio absurdo e antidemocrático. Os sociais-democratas, em parceria com os socialistas, deram um contributo decisivo para alterar esta situação, revogando essa lei, introduzindo o pluralismo sindical e criando a UGT, a central sindical democrática.*







## 2. PROMOVER O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL E A COMPETITIVIDADE

**Não se pode distribuir a riqueza que não se produz.** Esta máxima esteve sempre presente na doutrina social-democrata. Daí a aposta que sempre fizemos no **crecimento económico** e na **competitividade das empresas**. Incentivando a iniciativa privada, privatizando empresas estatais, promovendo o investimento público selectivo e reprodutivo, criando leis laborais que conciliassem flexibilidade com segurança e gerassem a criação de mais riqueza e valor, apoiando as pequenas e médias empresas, tudo num quadro de **concorrência leal e saudável**. Concretizámos esse legado de ideias em obediência a três objectivos essenciais: primeiro, fazer de **Portugal um país próspero e moderno**; segundo, criar condições financeiras para promover o **ideal redistributivo da justiça social**; terceiro, favorecer a **criação de emprego**, condição indispensável à plena realização da pessoa humana protegendo os direitos dos trabalhadores e estimulando o associativismo juvenil.

A linha orientadora do projecto económico do PSD nunca se desvinculou, porém, de uma outra preocupação: o **desenvolvimento sustentável**, a defesa dos nossos recursos naturais e a **aposta no ambiente**. Para nós esta é uma decorrência óbvia da projecção no tempo do valor da **solidariedade**. Nenhuma geração tem o direito de construir o seu bem-estar à custa da felicidade das **gerações futuras**.

# Promover o Crescimento Sustentável e a Competitividade

## PRIVATIZAÇÕES

*A Constituição de 1976 consagrou o princípio da irreversibilidade das nacionalizações aprovadas no pós-revolução. O PSD foi o obreiro da grande mudança que se iniciou a partir do final da década de 80. Primeiro, através da abertura de novos sectores à iniciativa privada, ou seja, até 49% do capital. Depois, na revisão constitucional de 1989, acabando com o dogma da irreversibilidade das nacionalizações. E, finalmente, arrancando com um criterioso programa de privatizações e de reprivatizações, o qual contribuiu decisivamente para a modernização económica do país.*

## MODELOS DE FINANCIAMENTO DA ECONOMIA

*Em 1985, iniciou-se um processo de modernização do sistema financeiro, abrindo à iniciativa privada, privatizando e criando sociedades especializadas, desde o capital de risco, ao factoring. Numa segunda fase, em 1992 alterámos o sistema financeiro, com a aprovação do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. O conhecimento e a importância do financiamento das empresas levaram-nos a ter um papel preponderante no apoio à criação da União Bancária Europeia, agora em curso.*

## MERCADO DE TRABALHO

*Para os social-democratas, a competitividade económica e o combate ao desemprego foram sempre desafios prioritários. O primeiro Governo maioritário social-democrata iniciou o processo de flexibilização não discriminatória da cessação do contrato de trabalho, enquanto, por outro lado, limitava a possibilidade de alargar indiscriminadamente os contratos a termo. Mais tarde, criámos o primeiro Código do Trabalho e produzimos legislação de enquadramento do emprego público, visando aproximar os regimes, em nome do princípio da igualdade e da mobilidade entre sectores. A diferença, porém, não estava só no conteúdo das decisões. Inovámos também na forma, privilegiámos o diálogo social e apostámos e subscrevemos inúmeros acordos de concertação social.*

## EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS

*Hoje, é comumente aceite o princípio das boas contas públicas. Mas nem sempre assim aconteceu. Foi preciso um processo de défice excessivo instaurado a Portugal em 2002 e um estado de pré-bancarrota em 2011, com um pedido dramático de ajuda externa, para que o País reconhecesse a necessidade de finanças saudáveis. Num e noutra momento, o PSD foi essencial para pôr ordem na casa, impondo rigor e contenção. E pode orgulhar-se de, a partir de 2013, o orçamento do Estado, ter atingido excedentes primários pela primeira vez nos últimos 20 anos criando condições para um crescimento sustentado. Transformamos assim em regra o que, em 41 anos de Democracia, foi exceção pontual.*

## REFORMA DO MERCADO DA HABITAÇÃO

*O PSD foi decisivo na democratização do acesso a uma habitação condigna, quer através da liberalização do mercado de concessão de crédito à habitação própria, quer na flexibilização progressiva do mercado de arrendamento. Mas o PSD foi onde o mercado não chegava, quer através do PER – Programa Especial de Realojamento, que juntou autarquias e Estado central, quer, mais recentemente, através do MSA – Mercado Social de Arrendamento, que juntou entidades financeiras, Estado central e autarquias locais. Coube igualmente ao actual governo através da Lei 31/2012 e da Lei 79/2014 aprovar as novas regras do arrendamento urbano que traduzem uma verdadeira reforma neste sector.*

## LIDERANÇA NO AMBIENTE

*A política de ambiente é uma marca intemporal da ação do PSD. Em 1981, elevámos a estatuto ministerial a tutela do ambiente, o que teve como consequência a aprovação, com largo consenso, da Lei de Bases do Ambiente e da legislação estruturante, designadamente a referente à REN, à RAN, e aos Planos Director Municipais. A esta primeira geração de políticas ambientais, seguiu-se a execução de sucessivos programas de investimento que, da despoluição à conservação da natureza, do saneamento básico ao tratamento de resíduos, proporcionaram um quadro de qualidade de vida que aproximou Portugal dos países mais desenvolvidos da Europa. Nos últimos anos o PSD voltou a liderar, com um conjunto de reformas inovadoras em áreas tão importantes quanto a fiscalidade verde, o crescimento verde, o licenciamento ambiental, a proteção do litoral, a promoção da descarbonização da economia, ou a promoção da mobilidade verde, entre outras.*

## APOSTA NAS EXPORTAÇÕES

*Até há poucos anos, éramos uma economia muito fechada, pouco internacionalizada e demasiado centrada na produção de bens e serviços não transacionáveis. Com isso, fomos perdendo competitividade e acumulando défices externos. Nos últimos anos mudámos de vida. Só a determinação do PSD permitiu um novo modelo de crescimento económico apostando na redução dos custos de contexto, apoiando as exportações e privilegiando a autonomia empresarial de milhares de pequenas e médias empresas. O sinal desta mudança está nas exportações que subiram de 31,5% do PIB em 2010 para 40,4% em 2014.*





### 3. GARANTIR A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES À PARTIDA

O PSD nunca subscreveu as teses liberais dos que, mais à direita, se conformam com o facto de a desigualdade fazer parte da natureza humana. Nem aceitámos as teses colectivistas dos que, mais à esquerda, consideram que todos somos forçosamente iguais.

Para os social-democratas, a diferença faz parte da vida, mas as oportunidades de cada um se afirmar e dar o melhor de si **não devem ser condicionadas pelas diferenças à partida**: por se nascer em famílias com mais ou menos possibilidades económicas, por se ter mais ou menos saúde, por se viver no litoral urbano ou no interior rural, por se ser cidadão português ou estrangeiro residente em Portugal.

E temos presente que a vida moderna nos confronta com **novas desigualdades**, como o acesso à informação ou às novas tecnologias, ou a capacidade de aceder ou influenciar o poder.

Por isso, continuamos a considerar que cabe a todos e designadamente aos poderes públicos criar as condições para **minorar as desigualdades à partida** e promover a inclusão social.

# Garantir a Igualdade de Oportunidades à Partida

## PORTUGAL MAIS UNIDO

*Quando o PSD chegou ao Governo não havia sequer ligação por auto-estrada entre as duas principais cidades portuguesas. Foi com o PSD que se concluiu esta primeira ligação entre Porto e Lisboa. Mas foi também por acção do PSD que se desenvolveu uma estratégia de infra-estruturação básica do território nacional, onde se promoveram planos de navegabilidade, como o do Douro, e que se apostou na concepção de uma política integrada de desenvolvimento regional. Acresce que toda a política de investimento público teve como objectivo incluir a aposta na coesão territorial. Mas não foi, apenas, no Continente que a solidariedade e a coesão se fizeram sentir.*

*Também nos Açores e na Madeira foram os Governos Regionais do PSD que encurtaram as distâncias entre ilhas e dentro de cada ilha, construindo portos, aeroportos e redes viárias que não existiam. Tudo com o propósito de construir um País mais unido e mais justo.*

## DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

*A Educação é a pedra de toque essencial de uma sociedade que se orienta pelo princípio da igualdade de oportunidades. Daí a prioridade que sempre conferimos a este sector. Foi assim, com a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo (compreendendo a educação pré-escolar, a educação escolar e outras actividades de alfabetização, educação de base e aperfeiçoamento profissional). Foi com empenho que apostámos na autonomia universitária e na corajosa reforma do financiamento do ensino superior. Tudo com o objectivo de promover a democratização da educação e o permanente reforço da qualidade do nosso ensino.*

## LEI DA IGUALDADE

*Foram os sociais-democratas que aprovaram o primeiro instrumento jurídico que prosseguia o objectivo de alcançar a igualdade de oportunidades entre Homens e Mulheres. As medidas que garantiram a igualdade de tratamento no trabalho e no emprego, nas empresas privadas e na Administração Pública, vieram reconhecer o papel crescente das mulheres na sociedade portuguesa e no mundo laboral.*

## SAÚDE PARA OS PORTUGUESES

*A Saúde foi sempre um desafio prioritário da ação social-democrata. E são inúmeras as reformas empreendidas neste setor. Desde a aprovação da Lei de Bases da Saúde até à concretização do novo Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, passando pela aposta no sector social, pelo estímulo à iniciativa privada, pela formação da saúde familiar e reprodutiva ou pela moralização da política do medicamento, com notórios benefícios para todos. E tudo sem esquecer o contributo dado pelos Governos do PSD para a histórica redução da taxa de mortalidade infantil, uma das cinco mais baixas do mundo.*

## ALARGAMENTO DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA

*Concretizamos o alargamento da escolaridade obrigatória para os 12 anos, o que permitiu aumentar o nível básico de escolarização da população portuguesa em convergência com o resto da Europa. Uma população com mais formação é capaz de disputar com maiores probabilidades o mercado de emprego, desfrutar de maior realização profissional e auferir melhores salários.*

## COMBATE À DROGA

*Em termos legislativos e organizativos, colocámos o combate à droga na primeira linha da agenda política nacional. O contributo do PSD foi importante para a aprovação dos primeiros instrumentos legislativos nesta matéria, tendo sido definida, sobretudo a partir do início dos anos 90, a estratégia do combate global e integrado à toxicod dependência, na sua tripla vertente – a prevenção, o tratamento e a reinserção. A par da prioridade que o Estado passou a dar a este tema, estimulámos a sociedade civil a ser parceira activa na prevenção e no combate a este flagelo.*



## 4. MODERNIZAR O ESTADO

Queremos um **Estado com autoridade sem ser autoritário**, um **Estado financeiramente sustentável sem ser mínimo** ou residual, um Estado aliado dos cidadãos e amigo das empresas, um Estado que promova o mérito e **não premeie o clientelismo**, um **Estado transparente e não promíscuo**, que não pactue com o compadrio e a corrupção e que impulse a libertação da sociedade civil.

Por isso, temos tido uma preocupação de rigor e de combate ao despesismo. Para evitar o desequilíbrio e a bancarrota, **só podemos ter o Estado que o país possa financiar**. Por isso, também temos um projecto modernizador. Daí a aposta que fazemos ou estimulamos nas novas tecnologias, investindo designadamente no **e-government**.

Daí, finalmente, a atenção que damos à concretização de uma administração saudável e de prestígio, **combatendo a burocracia e a corrupção**. A primeira, porque afecta os cidadãos e prejudica as empresas. A segunda, ainda pior, porque mina a democracia e corrói a sociedade.

# Modernizar o Estado

## REFORMA FISCAL

*O sistema fiscal português, reformulado nos anos 60, confuso, ineficiente e injusto, sobreviveu à revolução do 25 de Abril. Foi no âmbito da governação social-democrata que se realizou a grande reforma estrutural da fiscalidade, criando o IVA e estabelecendo o conceito de imposto único sobre todo o rendimento, quer para as pessoas (IRS), quer para as empresas (IRC), visando “a eficiência económica, a realização da justiça social e a simplificação do cumprimento dos deveres fiscais”. Mais tarde, investimos decisivamente na informatização do sistema fiscal, reduzindo a evasão fiscal, condição necessária para baixar, para todos, o peso dos impostos.*

## LEI DO REFERENDO

*O PSD sempre foi o grande defensor do referendo. Foi por nossa iniciativa que se aprovou a primeira Lei do Referendo e que se fizeram as alterações constitucionais que permitiram a realização de referendos acerca de questões nacionais relevantes (como a regionalização e a interrupção voluntária da gravidez.) Com a mesma coerência e empenho, foi pela mão do PSD que se concretizou legalmente a possibilidade de referendos locais e regionais.*

## DESCENTRALIZAÇÃO

*A democracia criou o Poder Local moderno. O PSD deu-lhe vida real e tradução concreta. Primeiro, através de uma vasta legislação descentralizadora, transferindo competências, responsabilidades e meios do Estado para as autarquias. Depois, mediante o fomento do associativismo municipal e da criação das grandes Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e das Comunidades Intermunicipais. Finalmente, pelo exemplo notável do trabalho realizado pelos nossos autarcas. Somos, por excelência, o partido do Poder Local.*

## UMA JUSTIÇA MAIS EFICAZ

*O PSD, quer no Governo, quer na oposição, elegeu a justiça como pilar fundamental do regime democrático. Por isso propôs pactos para a reforma do sistema de justiça, quando na oposição, e assumiu reformas ambiciosas, quando no Governo.*

*Destacam-se as revisões do Código de Processo Civil, em 1995 e em 2013, tentando criar uma justiça mais célere; a reforma do Código Penal e a revisão do Código de Processo Penal, em 2014, na perspetiva da materialização de uma justiça mais rápida; a aprovação de um novo Código do Procedimento Administrativo, mais exigente para a Administração Pública na sua relação com o cidadão. Saliente-se ainda o novo mapa judiciário do país como aposta na especialização da justiça, no empenho na sua qualidade e na afirmação de uma maior segurança jurídica.*

## DEFESA NACIONAL

*Foi o PSD que operou as grandes reformas na Defesa Nacional, extinguindo o Serviço Militar Obrigatório, investindo na profissionalização das Forças Armadas, na sua qualificação e modernização e na racionalização dos seus meios com a Lei da Programação Militar.*

## REGIÕES AUTÓNOMAS

*Uma das maiores inovações da Constituição de 1976 foi a criação das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. O PSD orgulha-se da paternidade dessa ideia. Como nos orgulhamos de, em sucessivas revisões constitucionais e em leis ordinárias, termos aprofundado sempre o ideal autonómico, visto que a autonomia é uma realidade dinâmica e não estática. É assim que se afirma a coesão territorial e a solidariedade nacional.*



## PROTECÇÃO CIVIL

*Lançámos a primeira Lei de Bases da Protecção Civil definindo o Sistema de Prevenção e de Reacção, face às catástrofes e às calamidades de origem natural ou tecnológica, optimizando o socorro e a ajuda às pessoas em perigo.*

## REGULAÇÃO E CONCORRÊNCIA

*O PSD não se limitou a privilegiar uma economia aberta e concorrencial. O partido preocupou-se também com a criação de condições para uma regulação eficaz, transparente e independente a bem dos consumidores. Foram os Governos do PSD os primeiros a apostar na criação de entidades reguladoras em vários sectores da economia – a primeira das quais no sector eléctrico – e na modernização das já existentes. E foi através do PSD que o país passou a ter, depois da crise de 2009, um dos quadros regulatórios mais avançados e modernos da Europa.*

## DIPLOMACIA ECONÓMICA

*Foram os Governos do PSD a colocar em prática, de forma decisiva e com resultados palpáveis, o conceito da diplomacia económica. É uma visão nova e diferente da forma clássica e tradicional de exercer a diplomacia. Trata-se de colocar as nossas embaixadas e o nosso universo diplomático a promover a economia, a apoiar as empresas e a ajudar na procura de oportunidades de negócio. Hoje, esta é uma realidade incontornável.*





## 5. AFIRMAR PORTUGAL NO MUNDO

**Portugal sempre foi grande quando se abriu ao Mundo.** O tempo do “*orgulhosamente sós*” já foi felizmente ultrapassado e os efeitos da globalização provam à saciedade que não estamos sós no Mundo.

Somos  **europeus por geografia, convicção e projecto**. A integração na UE é hoje uma **condição essencial** para preservar o nosso legado histórico e universal e as relações que dele resultam. Fazemos parte do destino europeu e hoje, para além de cidadãos portugueses, **somos também cidadãos europeus**.

A nossa **inequívoca afirmação europeia** complementa a nossa vocação atlântica, onde se filia a nossa diáspora e os laços históricos, culturais e económicos que temos com diversos povos e Estados em todos os cantos do Mundo. Particular atenção demos no passado e continuamos a dar, quer ao **diálogo transatlântico** quer às relações com os **Países de Língua Oficial Portuguesa**.

E não esquecemos que a língua portuguesa, com mais de 250 milhões de falantes, é a **5ª língua mais falada** do mundo e a mais utilizada na Internet, ultrapassando o francês, o alemão e o italiano, entre muitas outras línguas europeias. A **afirmação de Portugal no Mundo** não pode esquecer também uma **vertente cultural** que o PSD sempre valorizou.

# Afirmar Portugal no Mundo

## PORTUGAL NA UE

*O PSD sempre apoiou o projecto europeu de Portugal. Foram Governos do PSD, ou com a sua participação, que negociaram os dossiês de adesão e tomaram as medidas que permitiram que Portugal estivesse sempre no pelotão da frente da construção comunitária, sendo um dos países fundadores do Euro.*

## PRIMEIRA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE

*Em 1992, foi “Rumo à União Europeia” que Portugal assumiu, pela primeira vez, a Presidência do Conselho da União Europeia. Foi assinado o Tratado que criou a União Europeia, foi aprovada a primeira grande reforma da Política Agrícola Comum, celebrou-se o primeiro grande acordo com o Brasil, avançou-se na conclusão do Mercado Interno e negociou-se o pacote de fundos Delors II.*

## CPLP

*Foi com o PSD no Governo que se deu o impulso decisivo para a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. E, em 1989, no primeiro encontro de Chefes de Estado e de Governo, instituímos o embrionário Instituto Internacional da Língua Portuguesa.*

## CRIAÇÃO DA RTP I

*A RTP Internacional, criada no início dos anos 90 por um Governo do PSD, representou da parte de Portugal um esforço de globalização em matéria de audiovisual. Num tempo em que os canais de televisão ainda escasseavam, Portugal colocou a sua mensagem televisiva em todo o mundo. Fizemo-lo por três razões essenciais: para reforçar a nossa visão universalista; para afirmar a nossa cultura multissecular; para exprimir uma forte ligação às vastas comunidades portuguesas dispersas pelo mundo. Afinal, onde há um português sente-se e afirma-se Portugal.*

## EXPO 98

*Foi com o PSD no Governo que trouxemos para Portugal a Primeira Exposição Universal, a EXPO 98, colocando o mar e os 500 anos dos Descobrimentos no centro do mundo e permitindo a revitalização da zona oriental de Lisboa, então invadida por vastos depósitos de lixo industrial, com os solos contaminados e poluídos.*

## LISBOA CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA

*Foi o PSD que trouxe para Lisboa a primeira Capital Europeia da Cultura em Portugal, em 1994. Com os olhos da Europa postos em nós, projectámos o que de melhor tem a cultura portuguesa.*

## COMUNIDADES PORTUGUESAS

*Ao longo de 40 anos de democracia, o PSD assumiu de forma determinada a ligação prioritária entre Portugal e as suas Comunidades espalhadas um pouco por todo o Mundo.*

*Os portugueses residentes fora do território nacional viram vários dos seus mais elementares direitos reconhecidos, devido ao esforço de várias personalidades do PSD. De entre eles destacam-se o direito de voto para todos os nossos órgãos de soberania, o acesso à nacionalidade por parte de detentores de outras cidadanias, o reconhecimento do papel fundamental do associativismo português no estrangeiro e o reforço da ligação aos luso descendentes.*



## DESAFIOS PARA O FUTURO

**Durante 40 anos**, o PSD foi capaz de **lutar por valores** e contribuir para o **progresso de Portugal** e para a consolidação da nossa democracia. Mas **ainda há muito para fazer**, tendo em atenção o estágio de desenvolvimento da nossa sociedade e da nossa economia, a evolução das novas tecnologias, a crescente globalização e a nossa inserção europeia.

Temos a consciência de que a sociedade moderna em que vivemos, nos convoca para **novos desafios** e para novas formas de **traduzir hoje os nossos valores social-democratas de sempre**.

# *Assim, nos próximos anos, Portugal e os Portugueses têm de ser capazes de:*

## **1. REFORMAR O SISTEMA POLÍTICO**

Apesar de vivermos em democracia há mais de 40 anos, é patente que **temos um problema de perda de qualidade da nossa democracia**.

Enfrentar este problema exige coragem e determinação, designadamente uma **reforma do sistema eleitoral**, procurando uma maior aproximação entre eleitos e eleitores tornando-o mais responsabilizante. A **introdução do voto electrónico** poderá contribuir para a modernização do acto eleitoral e para a luta contra a abstenção, bem como para valorizar mais a participação dos nossos emigrantes.

Por outro lado, é também muito importante qualificar cada vez mais a participação política e partidária apostando no mérito e na competência como critério essencial da escolha dos agentes políticos.

## **2. REFORMAR O ESTADO**

Queremos um Estado diferente, mais pequeno, sem ser um Estado mínimo (que o PSD sempre recusou); menos despesista, para ser sustentável; mais amigo do cidadão e mais motivador para quem nele trabalha. Esta filosofia obriga a uma **séria reforma do Estado**, designadamente por via: da contratualização de algumas das suas funções com a iniciativa social, cooperativa ou particular; da consagração da gestão por objectivos e da avaliação do desempenho; e da introdução de mecanismos remuneratórios dos servidores do Estado que premeiem os resultados e as melhorias de produtividade.

## **3. REDUZIR DESPESA PARA BAIXAR IMPOSTOS**

Fugir à bancarrota exigiu um enorme aumento de impostos. Foi um mal absolutamente necessário. No novo ciclo a emprender, o caminho será outro e diferente – iniciar o processo de **desagravamento fiscal**, prioritariamente ao nível do IRS, continuando a **reduzir estruturalmente a despesa do Estado**, por via da reforma das suas estruturas e funções.

#### 4. REFORMAR A SEGURANÇA SOCIAL

Esta é a reforma **geracional por excelência**. O actual modelo de Segurança Social foi concebido na base de um paradigma que deixou de existir (aumento da população, estagnação da esperança de vida, fortes crescimentos económicos). Impõe-se **mudar de modelo para garantir a sustentabilidade do sistema de pensões** no médio e longo prazo, em particular no que respeita aos jovens. É uma reforma a fazer **na base de um consenso político e social alargado**. Em vez do preconceito ideológico queremos privilegiar o pragmatismo e o diálogo. Importa igualmente a adopção de uma política de simplificação e unificação das prestações e apoios sociais do Estado no sistema de solidariedade que promova a competente **inclusão social** e combata os riscos morais que possam resultar numa acomodação social ou em fraude ao sistema. Com estas propostas persegue-se o objectivo de **garantir equilíbrio e justiça social** bem como a **confiança no sistema**.

#### 5. REFORÇAR A COMPETITIVIDADE ECONÓMICA – AS EXPORTAÇÕES TÊM DE ASCENDER A 50% DO PIB

**Reforçar a competitividade económica** passa pela aposta num modelo de economia diferente do passado. Em vez da aposta no investimento público, a prioridade passa a ser o **reforço do investimento privado**. Em vez da aposta no mercado interno, a criação de valor passa pela **internacionalização da economia** e pelo **reforço do sector exportador**. E aqui o objectivo é ambicioso – queremos no final da década colocar as nossas **exportações ao nível dos 50% do PIB**.

#### 6. REMOVER OS OBSTÁCULOS À NATALIDADE

Temos hoje um problema sério de **quebra da natalidade**. Enfrentá-lo é uma tarefa de todos – da sociedade e do Estado, das pessoas e das empresas. Neste quadro, o próximo Governo deve aprovar um **programa de incentivos** que, no plano fiscal, no domínio do emprego, na acção social e na saúde, contribua para a **remoção dos obstáculos à natalidade**, potenciando as medidas já previstas no novo quadro de fundos comunitários *“Portugal 2020”*, no sentido de promover a **conciliação da vida profissional com a vida pessoal**, a empregabilidade a **tempo parcial** dos pais, e de aumentar os apoios públicos no âmbito da parentalidade e ainda a **adopção das propostas da Comissão Independente para a Política da Natalidade em Portugal** constantes no relatório *“Por um Portugal amigo das crianças, das famílias e da natalidade”* que foi recebido com ampla abertura pelos agentes políticos e pela sociedade portuguesa.

## 7. COMBATER A DESERTIFICAÇÃO DO INTERIOR

Há muito que a **desertificação do interior** do país se tornou num problema estrutural grave. Ameaça a massificação do litoral e mina a coesão social. Um problema excepcional requer **soluções excepcionais**. Neste quadro, a adopção de **políticas de diferenciação para os territórios de baixa densidade**, como resulta do que já foi assumido na majoração do apoio que o **Portugal 2020** contempla, no sentido de favorecer a criação de riqueza e de emprego, factor determinante para a fixação de população e a geração de equilíbrio.

De igual forma a **aposta na economia social** é determinante, dado promover o fortalecimento da economia local, garantindo ainda um serviço público às populações, insubstituível no plano social.

## 8. APOSTAR NA INOVAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

Estamos hoje na cauda da Europa, em matéria de doutorados e investigadores a trabalhar nas empresas. Isto, apesar de, em número de doutorados e investigadores por habitante, estarmos em terceiro lugar de entre os países da União Europeia. Importa, pois, uma maior ligação das empresas aos centros de inovação, investigação e saber, bem como **estimular as empresas, por via da criação de incentivos adequados, à contratação de doutorados e investigadores**, de forma a **reforçar a aposta na investigação e na inovação** empresarial, assim investindo ainda mais na produtividade, no design, na marca e em geral na competitividade económica.

## 9. DESENVOLVER A ECONOMIA VERDE

Quando o nosso crescimento está ameaçado ao nível global pelas **mudanças climáticas** induzidas pela poluição e sobretudo pela emissão de gases com efeito de estufa, há que reforçar a **educação ambiental** e a generalização de **hábitos de consumo mais sustentáveis**.

A adopção de medidas nas áreas do **ambiente**, da **energia** e das infra-estruturas de **reciclagem e tratamento de resíduos** contribui para a sustentabilidade e cria oportunidades de negócio no âmbito da **economia verde**. Portugal deve dar o exemplo para que a União Europeia continue a liderar nesta área.

Deve igualmente ser prosseguida a opção estruturante de **aumentar a eficiência energética**, reduzindo a nossa dependência externa, e adoptar políticas inteligentes de ordenamento do território que assegurem **maior racionalidade na mobilidade e nos transportes**. Tirando partido da evolução tecnológica, o cidadão deve estar no centro destas políticas, não apenas como consumidor, mas também **como produtor de energia**.



## 10. INVESTIR NO CRESCIMENTO AZUL

O facto de **Portugal ter uma das maiores zonas económicas exclusivas do mundo** reforça as nossas responsabilidades no sector. **Os oceanos comportam um valor que não tem sido aproveitado** não apenas na área da pesca, dos transportes e do turismo mas também **em novas valências ligadas ao seu potencial biológico e energético**.

A **aposta na economia azul** deve valorizar a investigação científica no sector, simplificar a burocracia que desencoraja e dificulta o investimento no Mar e reforçar a colocação de Portugal nos grandes eventos desportivos náuticos e no turismo de cruzeiros e barcos de recreio.

## 11. REFORÇAR A COESÃO SOCIAL

Portugal deverá apostar numa ambição em linha com os compromissos consensualizados no Plano Nacional de Reformas apresentado à Comissão Europeia, nomeadamente:

Atingir em 2020 **uma taxa de emprego de 75% na população activa entre os 20 e os 64 anos**;

Apostar no combate às desigualdades sociais através de **contratos locais de desenvolvimento social**, reforçando a inovação e o empreendedorismo social numa crescente contratualização das intervenções com as instituições do sector social;

**Combater a taxa de abandono precoce da educação** e formação atingindo uma **taxa máxima de 10% em 2020**, apostando na diversificação das ofertas formativas e no ensino vocacional, nos contratos de autonomia escolar, no reforço do 2º ciclo do ensino básico como um ciclo propedêutico e de consolidação da aprendizagem de Português, Matemática, Ciências e Inglês e ainda estimulando os percursos vocacionais a partir do 3º ciclo do ensino básico e reforçando no ensino secundário as opções profissionalizantes;

Atingir em 2020 uma taxa de **40% de escolaridade ao nível do ensino superior** da população residente entre os 30 e os 34 anos.

## 12. UMA CLARA OPÇÃO EUROPEIA E ABERTURA AO MUNDO

A **globalização** (que vemos como uma oportunidade e não como uma ameaça) reforça a convicção que a **União Europeia é hoje estratégica** para que Portugal possa defender os seus interesses legítimos.

Também por isso devemos apoiar o aprofundamento dessa integração **numa Europa que não queremos limitada ao livre comércio**, mas que valorize a **cidadania europeia** e reforce a **coesão e a solidariedade** no seu seio.

Portugal deve encorajar o reforço da coordenação económica e a responsabilidade orçamental que, a par de uma política de recursos próprios, **auente o orçamento da União** (actualmente inferior a 1% do PIB) e contribua para a retoma económica e para a geração de emprego.

Portugal deve valorizar a sua histórica abertura ao Mundo e as suas relações com os **Países de Língua Oficial Portuguesa** e a sua vocação atlântica com particular destaque para as relações com o **Brasil** e com os **Estados Unidos da América** quer no plano bilateral quer no quadro de Acordos com a União Europeia como o TTIP e com o Mercosul.





[www.psd.pt](http://www.psd.pt)